

Boletim CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios – julho de 2010

CNM e prefeitos confiam que líderes aprovem a Emenda 29

O presidente da Confederação Nacional de Municípios e os prefeitos ainda acreditam na sensibilidade e preocupação dos líderes dos partidos com a Saúde. E esperam que no esforço concentrado da Câmara, convocado para os dias 3,

4 e 5 de agosto, aprovem a inclusão, na Ordem do Dia, do PLP 306/2008, que regulamenta a Emenda 29.

Nos dias 3 e 4 de agosto, a CNM reunirá líderes municipais, em Brasília, no auditório Nereu Ramos, na Câmara.

Páginas 4 e 5

Saneamento
**Lei regulamenta
Saneamento Básico**

Página 6

Finanças
**Alerta aos prefeitos:
FPM está estagnado**

Página 9

Violência
**Crescem mortes por arma
de fogo**

Agricultura

Lavoura comunitária rende bons resultados

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) incentiva gestores municipais a tomar medidas de segurança alimentar e nutricional para a Agricultura Familiar nas extensões de seus Municípios. Um grande exemplo desta prática é o Município de São Luís de Montes Belos (GO). Há alguns anos, o projeto de uma lavoura comunitária de arroz na região rende bons resultados: a colheita do arroz alimenta gratuitamente centenas de famílias por mais de um ano.

Em entrevista ao *Boletim CNM*, o prefeito de São Luís de Montes Belos, Sandoval Rodrigues da Matta, diz que, em média, 300 famílias são beneficiadas com o projeto. “A prefeitura praticamente não tem lucro. O projeto visa exclusivamente valorizar essas famílias carentes que trabalham na lavoura, são elas que colhem e comem. Assim, sentem-se muito gratificadas”, orgulha-se Matta. A colheita solidária é feita uma vez por ano, e, se o arroz for bem armazenado, a quantidade pode durar por mais de um ano.

O cultivo do arroz foi feito em 41 hectares de terra cedida por fazendeiros da região. A lavoura comunitária este ano foi feita em abril e, como não houve problemas com pragas e doenças, a produtividade foi 100% satisfatória, 1.226 sacas de arroz foram colhidas.

O papel da prefeitura neste projeto é fornecer, em parceria com o Estado, as sementes e os insumos para a produção. Afinal, o desenvolvimento agrícola e agrário é uma responsabilidade comum dos entes – União, Estados e Municípios. “Mas, apesar de pagar pelo convênio com o Estado, a prefeitura acaba arcando com gastos extras, como transporte e combustível”, explica o prefeito.

A colheita da lavoura comunitária é dividida entre a prefeitura, que fica com 30% – 10% para pagar a colheitadeira – e 2% para o Estado. A maior parte da colheita, os 68% restantes, é distribuída para os agricultores carentes que trabalharam na lavoura.

Levantamento da CNM

Segundo levantamento feito pela CNM entre dezembro de 2009 e fevereiro de 2010 com 3.698 Municípios, 72% dos entrevistados têm atividades de Assistência Técnica Rural (Alter) ativas – inclusive São Luís de Montes Belos (GO).

Para a entidade, ações que promovam o desenvolvimento da Agricultura são importantes para as finanças municipais por representar a principal base da economia de mais de quatro mil dos 5.563 Municípios brasileiros.



Pref. de São Luís de Montes Belos/GO



Emenda 29

CNM agenda grande mobilização pela Saúde

Apesar das mobilizações da Confederação Nacional de Municípios (CNM) em Brasília e do apelo dos milhares de prefeitos, as lideranças partidárias da Câmara dos Deputados não incluíram a votação da Emenda 29 na Ordem do Dia. Persistente, a entidade agendou para os dias 3 e 4 de agosto, no auditório Nereu Ramos da Câmara, uma grande mobilização no Congresso Nacional para sensibilizar os parlamentares.

O encontro sucede outras duas datas importantes: 15 de junho e 13 de julho. Nos dois casos, o presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), colocou o PLP 306/2008 em pauta na reunião de líderes. Mas, por falta de apoio da maioria, o tema não foi incluído na Ordem do Dia da Casa.

A notícia frustrou as dezenas de prefeitos que estavam presentes em Brasília e apoiavam a mobilização da CNM, todos ansiosos pelo resultado da reunião de lideranças. Na primeira, em junho, a audiência coincidiu com a estreia do Brasil na Copa do Mundo de futebol. Em julho, a maioria dos parlamentares já estava em recesso e havia retornado a seus Estados.

Após a última reunião, Temer firmou outro compromisso com o municipalismo: prometeu que a Emenda 29 será colocada em votação no esforço concentrado agendado para os dias 3, 4 e 5 de agosto. Por este motivo, a CNM concentra esforços para tornar a mobilização do dia 3, terça-feira, uma das maiores de 2010, a mais decisiva rumo a essa conquista.

Justificativas para contar com o apoio dos prefeitos, vereadores e secretários de Saúde não faltam. "O cidadão brasileiro enfrenta um caos na Saúde com a falta de vagas e pacientes colocados em macas e até bancos nos corredores dos hospitais", alerta Ziulkoski. Segundo ele, programas e ações em Saúde



JBatista/Ag. Câmara



JBatista/Ag. Câmara

estão suspensos por falta de recursos, e os orçamentos dos Municípios estão sangrando para atender ao maior número possível de doentes.

Para a reivindicação do dia 3, Ziulkoski diz que os prefeitos devem fazer dois importantes lembretes aos parlamentares. O primeiro, todos têm parentes que dependem de serviços públicos de Saúde. Depois, a eleição para renovação dos 513 deputados federais está marcada para o próximo dia 3 de outubro e "quem não votar a favor da Saúde dos cidadãos será lembrado", completa.

Desenvolvimento Urbano

Regulamentada Lei de Saneamento Básico

Depois de três anos em vigor, a Lei que estabelece a Política Nacional de Saneamento Básico foi regulamentada por meio do Decreto 7.217/2010. A medida representa um avanço para o municipalismo brasileiro. E uma de suas determinações é que os Municípios elaborem e aprovem o Plano Municipal de Saneamento até dia 31 de dezembro de 2013. O decreto foi assinado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a 4ª Conferência Nacional das Cidades (CNC), em junho.

De acordo com o texto, Saneamento Básico inclui as seguintes modalidades:

Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana, Manejo de Águas Pluviais e Resíduos Sólidos.

Para a Confederação Nacional de Municípios (CNM), agora, após 20 anos de debate, o País passa a contar com uma lei destinada ao Saneamento, devidamente regulamentada, o que promove segurança jurídica. A Confederação participou intensamente do processo de elaboração da minuta do decreto – discutida e aprovada no Comitê Técnico de Saneamento Ambiental do Conselho das Cidades por cerca de dois anos.

A CNM sempre defendeu o que o inciso I do artigo 30 da Constituição Federal determina: compete ao Município legislar sobre os assuntos de interesse local.

Considerando que as atividades que compõem a área são assuntos inteiramente de interesse local.

Este foi um dos destaques do novo marco regulatório. Estabelecer que os Municípios são os responsáveis pela formulação da política de Saneamento – que deve ser formulada por meio do Plano de Saneamento Básico. De acordo a Resolução 33/2007 do Conselho das Cidades/Ministério das Cidades, todos os planos municipais de Saneamento deveriam ser elaborados até 31 de dezembro de 2010.

Porém, o Decreto 7.217/2010 altera a Resolução 33 e determina que: “a partir do exercício financeiro de 2014, a existência de Plano de Saneamento Básico, elaborado pelo titular dos serviços, será condição para o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de Saneamento Básico”.

Orientações gerais para a elaboração do Plano foram tratadas na matéria *É lei: Municípios devem concluir Plano Municipal de Saneamento Básico até dezembro*, edição de maio, do *Boletim CNM*. [Acesso pelo site www.cnm.org.br]

A lei também promoveu uma obrigação jurídica para os serviços, que,

quando não prestados diretamente pelo Município, devem ser promovidos por meio de contrato. Documento composto por cláusulas sobre quais as obrigações de investimentos, como os serviços devem ser prestados, como os serviços serão fiscalizados, como serão calculadas, reajustadas e revisadas as tarifas.

Assim, o decreto-lei determina o atendimento prévio de quatro requisitos para a celebração dos contratos para que os novos contratos possuam validade jurídica e somente cumpridos esses requisitos os novos contratos poderão ser validamente celebrados. São eles:

- a existência de Plano de Saneamento Básico;
- a edição de normas de regulação e a definição do órgão ou entidade responsável pela fiscalização dos serviços;
- a elaboração de um estudo sobre a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação dos serviços por meio de contrato; e
- o condicionamento do edital de licitação ou, no caso de contrato de programa, em que não há a licitação, a minuta de contrato deve ser submetida à consulta e às audiências públicas.

Em relação aos contratos já existentes, a CNM alerta aos gestores para a seguinte situação. Em qualquer contrato de concessão, ou de programa,

mesmo com uma empresa estadual de Saneamento, que tiver sido prorrogado ou celebrado sem o cumprimento dos requisitos, para validação dos contratos, mencionados anteriormente fica configurada uma irregularidade grave, com efeitos sérios. No caso dos contratos de concessão – firmados com empresas da iniciativa privada – obriga-se o Município a promover processo licitatório. Para

os contratos de programa – celebrados com as empresas de Saneamento estaduais ou consórcios.

Em princípio, as obrigações estipuladas no contrato não possuem qualquer validade, nos termos do que prevê o artigo 13 da Lei 11.107/2007 e o administrador público, no caso o prefeito ou o presidente da empresa de Saneamento Básico estadual, pode ser afastado dos cargos e fica sujeito a ser processado por improbidade administrativa – com base no inciso XIV do artigo 10 da Lei 8.429/1992.

Também, todos os responsáveis, incluídos os técnicos que tenham colaborado para o ilícito, mesmo que apenas em funções administrativas, ficam sujeitos a processo criminal, como incurso no artigo 89 da Lei de Licitações, que prevê pena de três a cinco anos de detenção.



Rosewell Pinheiro/ABR

Política Nacional de Resíduos Sólidos

Em relação aos resíduos – uma das áreas contempladas pela área de Saneamento –, o Congresso Nacional concluiu a votação do projeto de lei que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O projeto agora aguarda sanção presidencial.

Alguns dos destaques do projeto são a proibição de lixões e a determinação de que os Municípios só recebam dinheiro do governo federal para projetos de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos depois de aprovados os planos de gestão.

Pelo texto, todos os Municípios deverão construir aterros sanitários adequados ambientalmente, específicos para o depósito dos resíduos sem qualquer possibilidade de reaproveitamento ou compostagem. Ele também proíbe a ação de catar lixo, morar ou criar animais em aterros sanitários e importar qualquer lixo. O objetivo do projeto é tentar acabar com um dos mais sérios problemas do país: a ausência de regras para tratamento das 150 mil toneladas de lixo produzidas diariamente nos Municípios brasileiros.

A matéria prevê que os consórcios intermunicipais para a área de lixo terão prioridade no financiamento federal, além de:

- prever que a União e os governos estaduais devem conceder incentivos à indústria de reciclagem;
- estabelecer a modalidade de responsabilidade compartilhada – que envolve a sociedade, as empresas, as prefeituras e os governos estaduais e federal na gestão dos Resíduos Sólidos. As cooperativas de catadores de material reciclável foram incluídas neste grupo e devem ser incentivadas pelo Poder Público;
- dispor que a comunidade terá de acondicionar de forma adequada o lixo para a coleta, inclusive com a separação onde houver coleta seletiva; e
- determinar a logística reversa, que obriga fabricantes, importadores, distribuidores e vendedores a realizar o recolhimento de embalagens. Agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes, lâmpadas e eletroeletrônicos foram incluídos nesse sistema.



Finanças

FPM estagnado dificulta vida de Municípios



Pref. de Porto Alegre do Tocantins/10

O comportamento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no primeiro semestre de 2010 não foi nada animador. Nos meses de janeiro, março, abril, maio e junho houve perdas e o único registro positivo ficou com fevereiro. O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, cita estudo da entidade e mostra que os Municípios brasileiros ainda passam por sérias dificuldades financeiras neste momento.

Com base nos números, Ziulkoski relata que os valores brutos e nominais do 1º semestre de 2009 em relação ao 1º semestre de 2010 – incluindo o Apoio Financeiro aos Municípios – obtiveram uma pequena diferença favorável de 0,2%. “Isso indica que o FPM se manteve estagnado nos primeiros 6 meses deste ano”, explica.

O presidente da CNM destaca, porém, que, se os valores recebidos no ano de 2009 forem corrigidos mês a mês pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), “a realidade de 2010 mostrará que os Municípios estão recebendo bem menos, com déficit de 4,6%, que representam nada menos do que R\$ 1,2 bilhão”, destaca. *(veja a tabela)*

Conforme relato do presidente da CNM, no auge da arrecadação em 2008, os Municípios brasileiros receberam R\$ 27,8 bilhões; em 2009, R\$ 26,8 bilhões; e, em 2010, R\$ 25,4 bilhões. “A diferença de 2008 em relação a 2009 é de R\$ 3,6% (R\$ 1 bi negativo) e de 2009 em relação a 2010 é de um déficit de 4,6% (R\$ 1,2 bi). Como é possível administrar um Município com essas diferenças”, indaga.

2º semestre

Apesar das previsões do governo, as perspectivas para o segundo semestre não são nada otimistas. O Ministério do Planejamento, nas duas últimas reavaliações bimestrais, estimou que a arrecadação dos dois impostos, os quais compõem o FPM – Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Renda (IR) –, ficaria entre R\$ 234 bilhões e R\$ 232 bilhões em 2010. Com isso, o montante a ser repassado aos Municípios oscilaria entre R\$ 55 bilhões e R\$ 54 bilhões, em valores brutos. *(veja tabela)*

Meses	2009 (A)	2010 (B)	Diferença (B-A)	%
Janeiro	4.716.906.846	3.874.321.770	(842.585.077)	-17,9%
Fevereiro	4.373.321.636	4.693.657.235	320.335.599	7,3%
Março	3.489.130.718	3.468.674.957	(20.455.761)	-0,6%
Abril	4.145.121.908	4.132.438.098	(12.683.810)	-0,3%
Maio*	5.712.910.289	5.066.088.767	(646.821.522)	-11,3%
Junho*	4.420.941.145	4.396.720.594	(24.220.551)	-0,5%
Total	26.858.332.543	25.631.901.421	(1.226.431.122)	-4,6%

* Somado o AFM de maio e junho

Comparativo com 2008

Outra prova da difícil realidade da grande maioria dos Municípios está na comparação de semestres, também corrigidos pelo IPCA, a partir de 2008.

Impostos	1º Bimestre	2º Bimestre
IPI	39.596.500.000	39.659.200.000
IR	194.755.300.000	193.007.900.000
Total	234.351.800.000	232.667.100.000
FPM	55.072.673.000	54.676.768.500

Fonte: Ministério do Planejamento - Reavaliação Bimestral

Para alcançar os valores estimados pelo governo, o segundo semestre terá que registrar crescimento de 15,12%, o que exige desempenho muito superior ao alcançado até agora. Ziulkoski alerta, porém, que o comportamento do FPM obedece à sazonalidade na transferência feita às prefeituras. “Historicamente, julho é o mês de menor repasse, o que se repete também nos meses de setembro e outubro”, lembra. A recuperação acontece em novembro e dezembro, quando é feito o repasse do 1% constitucional. “O momento exige muita prudência dos gestores municipais”, ensina.

Finanças

A repercussão negativa para os Municípios

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) recebe diariamente depoimentos de prefeitos que relatam dificuldades em administrar uma prefeitura que recebe cada vez mais encargos e deve custear isso com cada vez menos recursos. É o caso do prefeito de São João da Varjota, do interior do Piauí, Raimundo Nonato.

Nonato conta que leva um susto sempre que recebe uma parcela do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). São João da Varjota, assim como outros 2.578 mil Municípios, depende exclusivamente do Fundo, pois não possui arrecadação própria. São 46,4% dos Municípios brasileiros na faixa de 0,6 de coeficiente, com população de até 10.188 habitantes.

Para atender às necessidades de 4.965 moradores, São João da Varjota possui 170 servidores. Todos eles, segundo o prefeito, ficaram com o pagamento atrasado em julho, pois o primeiro repasse do mês não foi suficiente. “O dinheiro foi para encargos e para conta de energia. E aí, como a gente paga funcionário, as despesas dos veículos?”, questiona.

Zero de investimento

O prefeito piauiense relata que a principal preocupação vai para os setores de Saúde e Educação. “Nós temos um problema sério, porque o governo incentivou implantar o plano de carreira e pagar o piso dos professores. Nós fomos nessa onda, e hoje o dinheiro que vem não dá para pagar os professores, daí eu tiro mais do FPM.”



Pref. de São João da Varjota/PI

Para oferecer os serviços básicos, a prefeitura fica sem recursos para investir em obras, modernização e infraestrutura. “Nós não temos obra. Não temos nada. Os Municípios do Piauí estão acabados. A situação é crítica. O Brasil saiu da crise, mas os Municípios estão na mesma penumbra”, desabafa.

As dificuldades expostas pelo prefeito Raimundo Nonato são o espelho da realidade em mais de 50% das administrações municipais de todo Brasil, segundo estudo da CNM. “Porque hoje os prefeitos devem arcar com aumento de salário mínimo, piso dos professores, piso dos agentes de saúde e outros encargos com o mesmo valor de FPM transferido há dois anos”, explica o presidente da entidade, Paulo Ziulkoski.



Pref. de São João da Varjota/PI

Visita de Gestores

CNM recebe prefeitos em Brasília

Finanças, Cultura, Jurídico, Educação, Previdência Social, Desenvolvimento Social e Turismo. Essas foram as áreas mais procuradas pelos gestores muni-

cipais que visitaram a sede da Confederação Nacional de Municípios (CNM) durante os últimos quatro meses.



A Confederação Nacional de Municípios, ao transmitir, por meio de seus técnicos, informações de interesse dos prefeitos, lembra a importância do calendário de compromissos das prefeituras. (veja Serviços na página 12)

- Foto 1 – prefeito de Santa Rita (MA), Hilton Gonçalo de Sousa
- Foto 2 – prefeito de Santana do Matos (RN), Francisco de Assis Silva
- Foto 3 – prefeito de Salto do Jacuí (RS), Ilton Larri Costa, acompanhado do secretário de Finanças, Rudimar Seibel
- Foto 4 – presidente do Instituto de Previdência do Município de Tucumã (PA), Joel José Correa
- Foto 5 – prefeito de Pedra Preta (RN), Gilvan Inácio de Lima
- Foto 6 – vereador de Pedra Preta (RN), Jadson Mendes, e o assessor do prefeito, Jean Carlos
- Foto 7 – prefeito de Santa Quitéria do Maranhão (MA), Osmar de Jesus da Costa
- Foto 8 – prefeito de Chapada Gaúcha (MG), José Raimundo Ribeiro Gomes
- Foto 9 – prefeito de Santo Antônio do Itambé (MG), José Augusto da Silva
- Foto 10 – prefeito de Tigrinhos (SC), Rudimar Francisco Guth, acompanhado de gestores municipais
- Foto 11 – prefeito de Mirassolândia (SP), João Carlos Fernandes
- Foto 12 – prefeito de Tanque d'Arca (AL), Roney Tadeu Valença Silva
- Foto 13 – prefeito e secretário de infraestrutura de Juazeirinho (PB), Belivacqua Matias e Luciano Amorim

- Foto 14 – prefeito de Ariquemes (RO), José Márcio Londe, acompanhado da assessora, Elizete Lionel, e do presidente do Instituto de Previdência, Paulo Belegante
- Foto 15 – prefeitos de Nova Veneza (GO) e Damolândia (GO), Luiz Antônio Stival e Américo Osório dos Santos, acompanhados de gestores municipais
- Foto 16 – prefeito de Coração de Jesus (MG), Antônio Cordeiro de Faria
- Foto 17 – prefeito de Nova Palmeira (PB), José Petronilo de Araújo
- Foto 18 – prefeito de Grajaú (MA), Mercial Lima de Arruda
- Foto 19 – prefeito de Cantanhede (MA), José Martinho dos Santos Barros
- Foto 20 – prefeito de Nova Cruz (RN), Flávio Azevedo Rodrigues, e vereadores
- Foto 21 – chefe de gabinete de Ribeirãozinho (MT), Corivaldo Ribeiro
- Foto 22 – contador e presidente do Fundo de Previdência de Ribeirãozinho (MT), Hugo Arce e Sebastião Tavares, respectivamente
- Foto 23 – prefeito de Arroio dos Ratos (RS), José Hélio Rodrigues Cifuentes
- Foto 24 – prefeito de Ouroândia (BA), Antônio Araújo de Souza
- Foto 25 – prefeito de Jaboticatubas (MG), Luiz Mauro de Faria
- Foto 26 – prefeito de São Borja (RS), Mariovanne Gottfried Weis, acompanhado do secretário de administração e fazenda, Bruno Silva Maurer
- Foto 27 – prefeito de Telêmaco Borba (PR), Eros Danilo Araújo

Violência

Aumenta uso de arma de fogo em homicídios

O Brasil aparece com destaque em dois indicadores que não são motivo de orgulho. O primeiro é que mesmo com a promulgação do Estatuto do Desarmamento, em 2003, o uso de armas de fogo na prática de homicídios continua crescendo. O segundo é que algumas partes do Brasil possuem taxas de homicídios praticados com o uso de armas que beiram às de países em guerra. Em 2008, a média é de 95 homicídios por dia com armas de fogo. As informações são do presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski.

“Esses dados são alarmantes. O crescimento do tráfico ilegal e o fácil acesso às armas indicam a importância de qualificar e avançar nos debates sobre violência e segurança pública no Brasil, principalmente nos Municípios”, afirma Ziulkoski. Ele destaca que o estudo da CNM pode servir de orientação à elaboração de soluções para o problema.

A situação é grave. Em 1996, 59,1% dos 38.894 homicídios registrados foram causados por armas de fogo. Em 2008, a proporção representou 71,3% – 34.678 – das mais de 48 mil mortes ocorridas. O Nordeste é a região onde elas são mais utilizadas para a prática de crimes: 73,9% dos casos em 2007, por exemplo. Em seguida, Sudeste e Sul têm 73,3% e 73,1%, respectivamente, no mesmo ano.

Alagoas é o Estado que mais registrou mortes causadas por armas de fogo: 84,6% dos casos em 2008. Rio de Janeiro (81,4%) e Bahia (80,1%) completam o topo da lista. Elaborada com base no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, a análise mostra um grupo de apenas três Estados com queda nos índices de violência: Rio de Janeiro, São Paulo e Roraima.

Nas capitais, os dados preliminares de 2008 apontam que Salvador (BA) lidera. Do total de 1.720 homicídios, 92,6% foram causados pelo uso de arma de fogo. Maceió, que foi líder da lista em 2007, caiu para segundo com o índice de 92,1%. Rio de Janeiro, Belo Horizonte (MG) e Recife (PE) completam o topo: 89,4%, 88,6% e 88%, respectivamente.

Por sexo e idade, são os homens entre 15 e 24 anos as principais vítimas das armas de fogo. Em 2008, por exemplo, 94,2% dos homens foram assassinados por esse meio, enquanto as mulheres responderam por 5,7%. No mesmo ano, os crimes cometidos contra pessoas de 15 a 24 anos foram praticados em 79,6%

dos casos por armas de fogo. Entre 25 a 34 anos, a taxa foi de 74,2%.

O ranking municipal de homicídios causados por armas de fogo traz na liderança dois Municípios que fazem fronteira com o Paraguai, Guaira e Foz do Iguaçu, ambos no Paraná. “É mais um indício de que a conexão com redes internacionais de tráfico de armas e outras atividades ilegais podem facilitar a prática de homicídios”, explica Ziulkoski.

Uma das soluções, aponta, seria o fortalecimento da capacidade do governo federal em reestruturar as políticas de segurança e o fortalecimento de políticas de desenvolvimento econômico e social. “O Brasil permanece no grupo de países com as maiores taxas de homicídio do mundo e o uso de armas de fogo continua indiscriminado”, acrescenta.

UF	Óbitos Totais 2008	Óbitos por Arma de Fogo	% Óbitos por Arma de Fogo
Alagoas	1.878	1.589	84,6%
Rio de Janeiro	4.654	3.789	81,4%
Bahia	4.709	3.770	80,1%
Pernambuco	4.345	3.397	78,2%
Espírito Santo	1.916	1.476	77,0%
Rio Grande do Sul	2.371	1.800	75,9%
Rio Grande do Norte	669	497	74,3%
Paraná	3.431	2.533	73,8%
Paraíba	1.027	749	72,9%
Minas Gerais	3.772	2.697	71,5%
Distrito Federal	809	577	71,3%
Pará	2.834	1.914	67,5%
Sergipe	554	368	66,4%
Goiás	1.730	1.145	66,2%
Ceará	1.954	1.286	65,8%
Santa Catarina	792	503	63,5%
São Paulo	6.126	3.883	63,4%
Rondônia	440	270	61,4%
Mato Grosso	913	559	61,2%
Mato Grosso do Sul	692	392	56,6%
Maranhão	1.239	686	55,4%
Amazonas	783	422	53,9%
Piauí	354	158	44,6%
Tocantins	222	91	41,0%
Amapá	170	59	34,7%
Acre	129	39	30,2%
Roraima	97	29	29,9%
Total	48.610	34.678	71,3%



Visão Brasil

Educação

Ação dos Municípios aumenta notas do Ideb



Jaguare Carvalho

Neves Paulista (SP), Fernão (SP) e José Raydan (MG). Esses três Municípios têm uma característica em comum: colocam a Educação em primeiro lugar, e o resultado foi comprovado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2009/2010. Calculado a cada dois anos, o Ideb mostra o desempenho dos alunos em todo Brasil. Cada Município e cada escola recebem uma nota média que vai de 0 a 10.

Depois de avaliados, esses Municípios ganharam destaque porque trabalham de forma diferente, investem em capacitação de profissionais e convocam os pais para contribuir com a formação dos alunos.

Com 8,1 no Ideb, o Município de Neves Paulista comemora o sucesso de dois anos de planejamento por parte dos gestores municipais e dos

servidores da Educação local. O primeiro passo, segundo a secretária de Educação, Fabiane Toscano, foi unificar as escolas para assim trabalhar com um só conteúdo. Desta maneira, os alunos aprendem todos juntos.

O sistema de avaliação em Neves Paulista também não é convencional – feito por bimestre. Lá, os estudantes são submetidos a testes mensais. “Nós aplicamos provões para treinar os alunos no nível de escolas particulares”, explica o prefeito Ilso Parochi.

Crianças que apresentem qualquer grau de dificuldade são recebidas na escola em horário oposto às aulas para o reforço. “Por isso, a nossa média não foi novidade”, alega o prefeito. Para ele, o desafio é não perder a posição de terceiro lugar na nota do Ideb. “A responsabilidade duplicou e

agora vamos lutar para que as notas continuem crescendo.”

Neves Paulista aplica por ano uma média de R\$ 4 milhões – de 28% a 32% do total da receita municipal em Educação. O dinheiro banca, por exemplo, uniformes, mochilas e material escolar a cada início do ano letivo. Além da prática esportiva e do acesso às aulas de Música e Artes.

Os próximos passos, afirma a secretária Fabiane, é contratar psicopedagogos e melhorar o salário dos professores. “O incentivo ao professor é o segredo. Eles merecem um plano de carreira em troca dos bons resultados.”

Questionado sobre a importância da Educação em seu governo, Ilso Parochi avalia: “Não poupamos esforços para que a Educação não seja apenas um chavão político e sim, realidade”.



Escola em tempo integral

Com a pequena população de 1,4 mil habitantes, o Município de Fernão possui 180 alunos no Ensino Fundamental. O trabalho desenvolvido com esse público rendeu uma nota de 8,0 no Ideb 2009, o quarto lugar do Brasil.

A única escola funciona em período integral. Possui uma equipe com coordenador, fonoaudiólogo, psicólogo, nutricionista e professores. Pela manhã são oferecidas aulas regulares e, à tarde, oficinas de leitura, jogos de Matemática, Inglês e Artes.

A conquista, segundo a secretária de Educação, Roselene Almasan, deve-se a uma aliança entre escola e pais. “Já tivemos caso de eles assistirem à aula junto com o filho”. A comunidade também foi convocada: “Na disciplina de Ensino Religioso nós trazemos representantes de todas as religiões. É trabalho conjunto”.

Roselene defende que as escolas devem se preocupar com a condição de vida dos alunos se quiserem melhorar a Educação. “Aqui, se um aluno precisa fazer exames de vista, ou não tem um calçado para vir à escola, a gente paga.

É responsabilidade da secretaria, porque isso tem relação com a Educação.”

Alimentação, transporte e material de qualidade somam ao reconhecimento dos professores. “Nós os valorizamos porque estão sempre dispostos a mudar, a discutir. Fazem passeios, festas, reuniões. Isso faz com que os alunos e os pais confiem na escola”, esclarece.

Todos os gastos feitos em Educação são repassados aos moradores de Fernão. Gastos esses que resultaram em média zero de evasão escolar. Neste terceiro mandato do prefeito Adélcio Martins, a prefeitura nunca aplicou menos de 26% dos recursos no setor.

Educação é fundamental

O primeiro Município mineiro apontado na lista, José Raydan, possui 600 alunos na rede municipal de ensino. A eles são oferecidos pela prefeitura uniforme completo – com mochilas, tênis, calça e camiseta –; material didático, como livros, cadernos e lápis; merenda escolar elaborada por nutricionista; e professores capacitados. Isso representou uma nota de 7,5 no Ideb.

“No início do meu mandato, convoquei os profissionais e perguntei a eles o que poderíamos fazer para ter a melhor Educação. Eles responderam que isso só dependia deles e da prefeitura”, conta o prefeito Elias Godinho, há dois anos à frente do Município.

Em José Raydan o menor salário dos professores é de R\$ 850,00 por quatro horas trabalhadas. “Eles recebem gratificações de acordo com sua qualificação”. Este Município aplica 36% da receita municipal em Educação.

De acordo com o prefeito, além do acesso aos estudos, os alunos fazem parte de um projeto de esportes. “Quem está bem nas aulas pode frequentar a escolinha particular com a qual a prefeitura firmou convênio. Nós pagamos a mensalidade deles”, explica Godinho.

O segredo, segundo o prefeito, é repetir bons exemplos, trabalhar sério pelo setor. “O objetivo é aumentar essa nota, pois a Educação é fundamental. Quando investimos nela, estamos melhorando a Segurança e a Saúde do Município. E, se eu não posso melhorar o país, faço alguma coisa aqui”, completa.

Inclusão Digital

Município se destaca com Governo Eletrônico



Prof. de Paulo Afonso/BA

Serviços administrativos *online* e sinal gratuito de acesso à Internet fazem de Paulo Afonso, Município baiano a 486 km de Salvador, um destaque nas práticas de Governo Eletrônico (e-GOV). O desenvolvimento digital refere-se aos *Hotspots*, rede livre de Internet, e ao *Cidadão Online*, acesso rápido e fácil a serviços antes oferecidos apenas na prefeitura.

Há pouco mais de nove meses, o atual governo modernizou o *site* da prefeitura com *links* para serviços como a emissão de documentos. “Tudo depende do internauta, desde o pedido do documento até a impressão. Não é preciso vir à sede da prefeitura”, explica o diretor dos projetos de modernização, Igor Oliveira.

É na *homepage* da prefeitura que o contribuinte pode, também, emitir o boleto para o pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). “Acabou a história de ir até o posto de atendimento na prefeitura para retirar o carnê e depois pagar o imposto”, afirma Igor, ao avaliar a comodidade e a praticidade do serviço.

No caso dos *Hotspots*, o investimento de R\$ 6,2 mil por mês sustenta quatro pontos no Município nos quais cada cidadão pode levar um *notebook* e acessar livremente a Rede Mundial de Computadores. Eles estão distribuídos em um ponto turístico, uma faculdade, uma praça e um distrito distante do centro da cidade.

Futuro promissor – Com a tecnologia implantada, até mesmo os pedidos de exames feitos atualmente em Paulo Afonso tornaram-se mais ágeis e impulsionam outros projetos. Para investimentos futuros, o Município deve colocar à disposição a tecnologia *Voip* em hospitais, para que os pacientes possam marcar consultas pela Internet.

Com as primeiras iniciativas de governo eletrônico, Paulo Afonso foi o primeiro Município do Nordeste a ser reconhecido com o *Prêmio e-GOV*, em 2008, na categoria “Governo para Cidadão”. Depois da premiação, o objetivo é investir cada vez mais para ser a capital digital do País, de acordo com o diretor Igor Oliveira.

serviços CNM

Confira os prazos de adesão a convênios, programas, editais e eventos de interesse municipal:

Desenvolvimento Social

- O Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeira (referente ao exercício de 2009) e o Plano de Ação 2010 estão disponíveis para preenchimento até 30 de julho.

Saúde

- Municípios devem mandar informações referentes ao 1º semestre de 2010 para o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops) até o dia 30 de julho.
- Sistema de Convênios (Siconv) deve receber as propostas de convênios para o Ministério da Saúde até dia 31 de agosto.

Desenvolvimento Urbano

- Municípios devem preencher e enviar formulários para a coleta de dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis) até dia 20 de agosto.

Educação

- Correção do Ideb 2009: Os Municípios que verificarem divergências no resultado do Ideb/2009 têm até o dia 14 de agosto para solicitar ao Inep as correções necessárias.
- Censo Escolar da Educação Básica de 2010: os Municípios devem preencher as informações referentes às matrículas da educação básica, por meio do sistema Educacenso, até o dia 31 de agosto.